



CRISTOLOGIA

AULA 4



Prof. Robert Rautmann

A humanidade de Cristo


Os dias finais da vida terrena de Jesus se dão em um ambiente de perseguição, dor, sofrimento e morte. Iremos nos guiar, nesta aula, nos textos que nos são apresentados pelos quatro evangelistas. Esses são textos longos e iremos citando, ao longo da aula, os trechos que nos auxiliarão a entender como se deu esse processo, que se inicia com um julgamento injusto, feito na calada da noite. Outros atos extremamente condenáveis irão se seguir até a execução da pena máxima a Jesus – sua morte por crucificação. Como o cristianismo se posicionou ante esses acontecimentos nefastos? Qual o lugar da morte de Jesus no conjunto da fé cristã? Serão estes, portanto, os assuntos a serem tratados nesta aula.

TEMA 1 – A CONDENAÇÃO

O Símbolo Apostólico resume em apenas uma afirmação o que concerne à condenação de Jesus Cristo: “[...] padeceu sob Pôncio Pilatos”. Essa afirmação condensa o que os evangelistas apresentam em textos mais longos, que tratam do julgamento e da condenação de Jesus Cristo (Bíblia, 2015, Mt. 26, vers. 47; Mt. 27, vers. 26; Mc. 14, vers. 43; Mc. 15, vers. 15; Lc. 22, vers. 47; Lc. 23, vers. 25; Jo. 18, vers. 1; Jo. 19, vers. 16). Esses textos são os centrais que discorrem sobre os acontecimentos e o desenrolar daquela trama, apresentando personagens, atitudes e reações importantes para se compreender os significados que subjazem nas passagens em questão.

1.1 A história

É altamente significativo que o processo de julgamento e condenação de Jesus Cristo seja apresentado pelos quatro evangelistas e esteja presente, igualmente, nas mais antigas confissões da fé cristã. Esses eventos fazem parte do que chamamos de *núcleo fundamental da fé cristã*, que engloba, igualmente, a crucificação, a morte e a ressurreição de Jesus. Vejamos alguns trechos dessas confissões de fé, que ficaram registradas na história:



Crês que Jesus Cristo, Filho de Deus [...] foi crucificado sob Pôncio Pilatos, e morreu, e foi sepultado [...]? (Traditio Apostolica de Hipólito de Roma – séc. III – DS 10)

Creio [...] em Cristo Jesus [...] que sob Pôncio Pilatos foi crucificado e sepultado [...]. (Saltério do rei Etelstando – séc. III – DS 11)

Creio [...] em Jesus Cristo [...] padeceu sob Pôncio Pilatos, morreu e foi sepultado [...]. (Denzinger; Hünermann, 2007)

Os dois símbolos de fé mais conhecidos, evidentemente, apresentam essas verdades. Do Símbolo dos Apóstolos (Símbolo Apostólico), temos que Jesus: “[...] padeceu sob Pôncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado, desceu à mansão dos mortos [...]”. De forma semelhante, o Símbolo Niceno-Constantinopolitano confessa: “Creio em um só Senhor, Jesus Cristo, [...] por nós foi crucificado sob Pôncio Pilatos; padeceu e foi sepultado”.

A condenação de Jesus tem dois testemunhos extrabíblicos, que vale a pena conhecermos. O primeiro é o do historiador Tácito, em seus *Anais*. Vejamos:

Para se livrar dos rumores, Nero criou bodes expiatórios e realizou as mais refinadas torturas em uma classe odiada por suas abominações: os cristãos (como eles eram popularmente chamados). Cristo, de onde o nome teve origem, sofreu a penalidade máxima durante o reinado de Tiberius, pelas mãos de um dos nossos procuradores, Pôncio Pilatos. Pouco após, uma perversa superstição voltou à tona e não somente na Judéia, onde teve origem, como até em Roma, onde as coisas horrendas e vergonhosas de todas as partes do mundo encontram seu centro e se tornam populares. (Tácito)

O outro testemunho é do judeu Flávio Josefo, em sua obra *Antiguidades judaicas* (ou *Antiguidade dos judeus*):

Nesse mesmo tempo, apareceu Jesus, que era um homem sábio, se é que podemos considerá-lo simplesmente um homem, tão admiráveis eram as suas obras. Ele ensinava os que tinham prazer em ser instruídos na verdade e foi seguido não somente por muito judeus, mas também por muitos gentios. Ele era o Cristo. Os mais ilustres dentre os de nossa nação acusaram-no perante Pilatos, e este ordenou que o crucificassem. Os que o haviam amado durante a sua vida não o abandonaram depois da morte. (Josefo)

Os acontecimentos de prisão, processo, condenação e morte de Jesus se situam imediatamente após a sua última ceia, a ceia de despedida. Existe uma certa concordância de que essa ceia se trataria, de fato, de uma ceia pascal, tal qual os judeus fariam no sábado posterior à morte de Jesus. Segundo os textos apresentados, seria uma quinta-feira à noite o dia dessa ceia e em que Jesus, com seus discípulos, após terem terminado a ceia/celebração, cantando hinos próprios (Bíblia, 2015, Mt. 26, vers. 30; Mc. 14, vers. 26), dirigiram-se ao Monte



das Oliveiras (também chamado de *Jardim do Getsêmani*). Os textos bíblicos ressaltam que, num dado momento dessa jornada, Jesus ora ao Pai e sofre de uma agonia profunda (Bíblia, 2015, Mt. 26, vers. 36-46; Mc. 14, vers. 32-42; Lc. 22, vers. 40-46; Jo. 18, vers. 1). Essa agonia transparece em dúvidas, incertezas e angústias da parte de Jesus. Não se trata, certamente, de um teatro, uma representação. É uma luta, verdadeiramente, humana contra o destino trágico que o aguardava. A proximidade da morte e a sensação de que sua pregação teria fracassado causaram angústia em Jesus. Estamos, pois, assim, diante de alguém que é autenticamente humano – nasceu, viveu, sofreu, e, certamente, morreu como homem.

O sofrimento relatado pelos evangelistas, normalmente chamado de *suprema agonia*, revelaria a plena identificação de Jesus com a sua causa, a causa do Reino. Sua vida, que foi uma vida entregue aos outros, seus ensinamentos, suas opções o conduziram ao momento de sua dor, paixão e morte. Provavelmente, Jesus estava prevendo que seu fim seria esse, uma vez que esse era o destino dos profetas e não seria diferente com ele. As palavras de Jesus nos fazem recordar as três tentações pelas quais passara no deserto: “Pai, se queres afasta de mim este cálice! Contudo, não a minha vontade, mas a tua seja feita!” (Bíblia, 2015, Lc. 22, vers. 42).

1.2 Por que Jesus foi preso e por quem?

Para buscarmos responder à pergunta que dá título a este tópico, é importante destacarmos, de início, que, ainda que o povo judeu tenha sido considerado culpado, muitas vezes, na história, pela morte de Jesus, essa informação não é compatível com os registros bíblicos e históricos. Houve, em Jerusalém, antes de se iniciar o processo de Jesus, uma conspiração da parte dos chefes dos sacerdotes, dos anciãos do povo e dos escribas para, de alguma forma, se capturar Jesus (Bíblia, 2015, Mt. 26, vers. 3-5; Mc. 14, vers. 1-2; Lc. 22, vers. 1-2). Essa informação é compatível com aquela de Josefo, que nos informa que foram os “ilustres” do povo judeu que entregaram Jesus aos romanos.

Sem dúvida, os fariseus foram o grupo (seita) judaica que mais teve incidentes, debates e discussões com Jesus, ao longo de sua vida pública. Jesus mesmo, por diversas vezes, alertou seus discípulos em relação às atitudes e ensinamentos dos fariseus. Não se pode, contudo, atribuir a esse grupo a



iniciativa, ou mesmo o apoio, à decisão de se condenar Jesus. Seria o sistema religioso, os detentores do poder religioso de então que entraram em um acordo para eliminar Jesus. Eles percebiam que Jesus seria um elemento desestabilizador da ordem estabelecida. Os que dominavam a relação com o sagrado em Israel acreditavam que seriam os únicos que poderiam delimitar também a relação entre justos e pecadores, entre o que é santo e o que é profano. Seriam somente eles quem poderiam determinar qual era a vontade de Deus. Diante de Jesus, portanto, e conforme as crenças e os próprios interesses desses poderosos, eles precisavam defender Deus (Kessler, 2008).

Segundo os evangelhos, a trama armada para a prisão de Jesus tinha como causa imediata a manifestação de Jesus no Templo de Jerusalém (Bíblia, 2015, Mt. 21, vers. 12-13, 17; Mc. 11, vers. 15-18; Lc. 19, vers. 45-48; Jo 2, vers. 14-16). Além dessa atitude profética da parte de Jesus, as palavras por ele pronunciadas contra o Templo foram decisivas (Bíblia, 2015, Mc. 13, vers. 2; Mc. 14, vers. 56-61a; Mc. 15, vers. 29). Estavam colocados os motivos para que Jesus fosse apanhado, uma vez que a blasfêmia contra Deus e o falso profetismo eram passíveis de uma condenação à morte por apedrejamento, segundo as escrituras.

O “crime” religioso de que Jesus foi acusado, porém, não poderia resultar em uma condenação por parte das autoridades romanas. Era necessário que os chefes dos judeus encontrassem outra justificativa para que fosse possível condená-lo (Bíblia, 2015, Jo. 18, vers. 31). A forma encontrada por eles foi acusar Jesus e seus discípulos de algum tipo de sublevação, insurreição popular, uma vez que Jesus seria considerado como um messias, algum tipo de líder, rei de seus seguidores. Nesse sentido, ele precisaria ser eliminado para que a “paz” continuasse reinando entre Israel e o Império Romano, que então dominava Israel. É assim que Caifás (sumo sacerdote de então) se expressou: “Não compreendeis que é de vosso interesse que um só homem morra pelo povo e não pereça a nação toda?” (Bíblia, 2015, Jo. 11, vers. 50), o que é confirmado, mais tarde, pelo evangelista João, no desenrolar das cenas da Paixão (Bíblia, 2015, Jo. 18, vers. 14). Caifás pertencia a uma importante família sacerdotal (família de Anás, os Ben Hanins) e, além de ser o sumo sacerdote, quando dos acontecimentos que estamos tratando, era a máxima autoridade do povo judeu, que se encontrava disperso por todo o Império Romano. Essa posição de



autoridade e poder que a família de Anás possuía ao longo de décadas estimulou uma amizade de interesses bastante estreita dela com Pilatos.

Seriam os seguranças do Templo que iriam levar Jesus diante do Sinédrio. Provavelmente, a reunião que resultou na condenação de Jesus não foi um ato oficial do Sinédrio, mas um encontro secreto e forjado entre os conselheiros próximos de Caifás. Como dissemos anteriormente, a decisão havia sido tomada anteriormente e bastava apenas uma confirmação do motivo da acusação de Jesus. Após Caifás, Jesus foi levado para Pilatos. Em uma provável aliança com Caifás, Pilatos exerceu sua autoridade em relação a Jesus e agiu segundo a prática chamada de *cognitio extra ordinem*, ou seja, julgar segundo um processo de ouvir a acusação, interrogar o acusado, avaliar a sua culpa e ditar a sentença (Pagola, 2012, p. 459). Para Pilatos, a preocupação que reinava era se Jesus seria o rei dos judeus e, como tal, estaria ameaçando, portanto, a soberania romana sobre a Judeia.

TEMA 2 – A CRUCIFICAÇÃO

O processo de condenação de Jesus teve, como conclusão, a determinação, por parte da autoridade romana (Pilatos, como governador da Província da Judeia), da pena a lhe ser infligida: morte por crucificação. O Império Romano era especialista em organização, leis e guerras. Seu exército era preparado para as mais diversas situações. Um dos artifícios utilizados para impedir qualquer tipo de sublevação dos povos dominados era por meio do terror. Isso acontecia especialmente na execução das penas dos condenados, realizadas mediante mortes exemplares, que deveriam ter o efeito de demover outros de intentar os mesmos crimes. Entre as penas mais horrendas havia a *crematio* (ser queimado vivo sobre uma fogueira), a *damnatio ad bestias* (entregar o condenado para ser devorado por feras) e a *crux* (morte agonizante sobre uma cruz). Foi por meio dessa última forma que executaram Jesus.

Em relação aos condenados a esse modo de execução, eles deveriam permanecer pendurados sobre a cruz, nus, mortos, para serem devorados por feras. No caso de Jesus Cristo isso não se deu, pois o texto bíblico mesmo informa que era véspera do sábado da Páscoa e, por ser um dia de preceito, o dia mais sagrado para os judeus, não era permitido que cadáveres permanecessem, assim, expostos na rua (Bíblia, 2015, Jo. 19, vers. 31). A pena da crucificação tinha uma dupla intenção – castigar o condenado, por meio da



tortura e, ao mesmo tempo, expor o criminoso em sofrimento como uma advertência aos que, eventualmente, pretendessem seguir o mesmo caminho dele. É justamente por esse motivo último que Pilatos ordenou que fosse escrito “Jesus Nazareno, o Rei dos judeus”, o que os chefes dos judeus solicitaram que fosse alterado para “Este homem disse: ‘Eu sou rei dos judeus’” (Bíblia, Jo. 19, vers. 20-21).

Sobre os textos bíblicos da condenação de Jesus, sobre eles são, novamente, os quatro evangelistas que nos informam (Bíblia, Mt. 27, vers. 27-55; Mc. 15, vers. 16-39; Lc. 23, vers. 26-49; Jo. 19, vers. 1-42). Os evangelistas apresentam a condenação de Jesus junto com as de mais dois outros condenados. As execuções das condenações à cruz eram atividades quase que rotineiras dos soldados romanos – para eles, a de Jesus não foi diferente. Certamente, haveria outros tantos condenados junto a Jesus. A perspectiva dos evangelistas sobre esse momento doloroso e intenso se dá por meio da experiência pascal. Os acontecimentos são reinterpretados e se lhes dá uma intensidade catequética, de acordo com a intenção de cada um dos evangelistas.

Encerrando este trecho de nossa aula, é importante, ainda, mencionar que Jesus morre como um blasfemo, segundo os que o levaram à cruz. Em relação a essa acusação, a resposta de Jesus, ao contrário da blasfêmia, é o oferecimento do perdão irrestrito, em exemplo seguido, mais tarde, pelos seus discípulos, a começar quando do martírio de Estêvão. Na ocasião de sua crucificação, a tentação de aderir a um messianismo mágico, oportunista, surge novamente diante de Jesus, por meio dos gritos das multidões: “A outros salvou, que salve a si mesmo, se és o Cristo de Deus, o Eleito”; “Se és o rei dos judeus, salva-te a ti mesmo”; “Confiou em Deus, pois que o livre agora, se é que se interessa por ele! Já que ele disse: ‘Eu sou filho de Deus’”; “O Messias, o Rei de Israel... que desça agora da cruz, para que vejamos e creiamos” (Bíblia, 2015, Mt. 27, vers. 39-44; Mc. 15, vers. 29-32; Lc. 23, vers. 35-38). Mas, diante do silêncio de Deus, Jesus apenas grita: “Deus meu, Deus meu, por que me abandonastes?” (Bíblia, 2015, Mt. 27, vers. 46; Mc. 15, vers. 34); e lhe entrega o seu espírito (Bíblia, 2015, Mt. 27, vers. 50; Mc. 15, vers. 37; Lc. 23, vers. 46).

TEMA 3 – O ABANDONO DE JESUS

Como, afinal, interpretar esse brado de Jesus que mencionamos no trecho anterior? Ao longo da história da teologia e seus vários desenvolvimentos, essa



questão gerou inúmeras especulações. Um dos pensamentos, que nasceu na patrística, a começar por Orígenes, é a de que esse grito refletiria a tristeza de Jesus em relação aos pecadores. Outra compreensão via o sofrimento de Jesus Cristo como cabeça da Igreja, em relação aos seus fiéis. Não devemos esquecer da compreensão, mais medievalista (no sentido da espiritualidade), de que a crucificação, o abandono e a morte de Jesus teriam sido a ação vingativa de Deus Pai sobre a humanidade pecadora, que se personificaria na pessoa de Jesus Cristo. Uma vez que ele teria se feito **pecado**, atrairia a ira divina sobre si e, dessa forma, apaziguaria a fúria de Deus para com a humanidade, proporcionando, portanto, uma reconciliação entre ambos. Vale a pena refletir sobre a questão posta por Kessler (2008, p. 208-209):

A posição central e muitas vezes de certo modo exclusiva que a interpretação da morte de Jesus na cruz como obediente sacrifício expiatório pelos pecados do mundo (redenção por meio da cruz) ocupa no pensamento teológico da cristandade ocidental vem sendo problematizada há mais tempo. Critica-se, em especial, o fato de que a imagem de Deus, aqui sugerida, como soberano cruel e patriarcal, que exigiria um sacrifício expiatório cruento e não concederia perdão incondicionalmente, mas só com base na morte de Jesus, contradiz a mensagem e não torna Deus digno de confiança.

Como conciliar as palavras de Jesus, expressando o abandono da parte do Pai, com o conjunto das Escrituras, especialmente com a imagem de Deus como Pai, que Jesus a todo momento desejou transmitir a seus discípulos e às multidões? Segundo o percurso que fizemos, até agora, por meio dos textos bíblicos, podemos compreender que Jesus Cristo não desejou esse momento – no Jardim do Getsêmani, expressou a sua vontade, submetendo-a, porém, àquela que estava em Deus Pai. Por diversas vezes, ao longo desse processo que culminou com sua morte, ele foi instado, seja pelos seus, seja pela multidão, seja pelos chefes dos judeus e, inclusive, pelas autoridades romanas, a abdicar de suas opções, a renunciar a seus pronunciamentos, a lançar mão de fórmulas mágicas de autossalvação a fim de preservar a sua integridade e a sua vida. Outras possibilidades messiânicas sempre lhe são apresentadas. Diante desse quadro, Jesus Cristo manteve-se coerente com tudo aquilo que pregou e viveu.

A dor intensa sofrida e testemunhada no Jardim do Getsêmani revela toda a angústia de Jesus Cristo. Essa dor é própria de todo e qualquer ser humano na iminência de um terrível sofrimento. Esse sofrimento antevisto por Jesus é, certamente, aquele que passaria em sua paixão e morte, seu sofrimento físico, pessoal. Contudo, o sofrimento antecipado é participação na dor sofrida pelos



esquecidos, abandonados, pobres, fracos, pequenos com os quais ele mesmo se identificou, o sofrimento e a angústia em relação àqueles que depositaram a sua confiança nele.

No caminho do calvário, o texto do evangelista Lucas apresenta a dor mais profunda de Jesus ao assumir a sua crucificação e morte: “Porque, se eles fazem isto ao lenho verde, que acontecerá ao seco?” (Bíblia, 2015, Lc. 23, vers. 31). Se, diante do justo, do inocente, do santo, do Messias, a justiça se converteu em injustiça, os poderosos se armaram e se coligaram para matá-lo – “Naquele mesmo dia, Pilatos e Herodes fizeram as pazes, pois antes eram inimigos um do outro” (Bíblia, 2015, Lc. 23, vers. 12) –, o que não farão com aqueles por quem ninguém olha, que não são defendidos por ninguém? Sua angústia é a mesma angústia de todos aqueles que encontraram na mensagem do Nazareno a voz que lhes faltava. São inúmeros os textos bíblicos nos quais o justo é perseguido, condenado e isso é causa de indignação, de revolta. “O fracasso de sua pregação [de Jesus], sua condenação e morte, dão testemunho de que o justo não encontra apoio, pois Deus não faz valer seu próprio direito” (Duquoc, 1980, p. 38).

Ainda que o evangelista Lucas suavize, de alguma forma, esse momento, oferecendo um outro texto em que Jesus entrega seu espírito nas mãos do Pai, de forma serena e segura, Marcos e Mateus preferem a crueza do grito de abandono. O texto, retirado de Salmos 22, revela de que aquele que grita por Deus grita pelo **seu** Deus (“**meu** Deus, **meu** Deus”) (Bíblia, 2015, Sl. 22, grifos nossos). A relação de Jesus com seu Pai, mesmo em seu instrumento de suplício, continua sendo uma relação de estreita confiança, entrega. Ele, ainda que grite como abandonado, não duvida da existência de Deus, nem tampouco desconfia de que Ele não tivesse poder suficiente para salvá-lo.

Ao realizar seu ato extremado de amor pela humanidade, por cada pessoa, Jesus fez a experiência última que todos iremos fazer. Ele adentrou a noite mais escura que aterroriza a existência humana. Sozinho, desamparado, ele foi ao encontro de seu Pai, confiante como sempre esteve e sempre pregou. Ali, na cruz, não estava um ser iluminado, impassível, superior, alheio ao sofrimento ou à dor. Estava o amor perfeito de Deus, manifestado em forma humana – um amor que, como disse o Papa Bento XVI (2005), “[...] chega a virar Deus contra Si próprio, o seu amor contra a sua justiça. Nisto, o cristão vê já esboçar-se veladamente o mistério da Cruz: Deus ama tanto o homem que,



tendo-Se feito Ele próprio homem, segue-o até à morte e, deste modo, reconcilia justiça e amor”.

TEMA 4 – A MORTE DE JESUS

Os evangelistas apresentam algumas palavras que teriam sido ditas por Jesus, antes de ele entregar seu espírito a Deus. Não podemos precisar, certamente, se essas frases foram, realmente, ditas por Jesus ou se seriam ilações posteriores da comunidade cristã. É certo que os textos dessas palavras se relacionam com a tradição oradora dos judeus, a saber, os salmos.

Os evangelistas Marcos e Mateus apresentam, apenas, o último grito de Jesus (já citado): “*Eli, Eli, lama sabachtháni?*”, isto é: ‘Deus meu, Deus meu, por que me abandonastes?’” (Bíblia, 2015, Mt. 27, vers. 46; Mc. 15, vers. 34). Encontramos, então, nos evangelhos de Lucas e João, outras frases que teriam sido ditas por Jesus na cruz. Vejamos:

- “Pai, perdoa-lhes: não sabem o que fazem” (Bíblia, 2015, Lc. 23, vers. 34);
- “Em verdade, eu te digo, hoje estarás comigo no paraíso” (Bíblia, 2015, Lc. 23, vers. 43);
- “Mulher, eis teu filho. [...] Eis tua mãe” (Bíblia, 2015, Jo. 19, vers. 26-27);
- “Tenho sede!” (Bíblia, 2015, Jo. 19, vers. 28);
- “Está consumado!” (Bíblia, 2015, Jo. 19, vers. 30);
- “Pai, em tuas mãos entrego o meu espírito” (Bíblia, 2015, Lc. 23, vers. 46).

Ao pronunciar essas palavras, a obra de Jesus está plenificada e ele pode, então, entregar o seu espírito às mãos do Pai. Essas mesmas palavras foram objeto de vários comentários teológicos e devoções populares, que as utilizam como forma de meditação.

O evangelista Marcos, em uma única frase em que se reporta a Jesus na cruz, e de forma bem sintética, apresenta o momento de sua morte: “Jesus, então, dando um grande grito, expirou” (Bíblia, 2015, Mc. 15, vers. 37). Mateus também é breve: “Jesus, porém, tornando a dar um grande grito, entregou o espírito” (Bíblia, 2015, Mt. 27, vers. 50). É significativo que esteja registrado que Jesus teria dado um grande brado. Essa menção dos evangelistas adquire um relevo especial, uma vez que a morte de Jesus teria se dado por asfixia, como era comum aos crucificados. Foi algo tão impressionante que arrancou do centurião, um homem que, certamente, era habituado ao processo de morte por



crucificação, uma atitude de espanto: “Verdadeiramente este homem era Filho de Deus!” (Bíblia, 2015, Mc. 15, vers. 39). O evangelista João, por sua vez, descreve que, após a sua última frase (“Tudo está consumado”), Jesus inclina a sua cabeça e entrega seu espírito a Deus.

Uma interpretação mais espiritual desses textos enxergou-os como a entrega final de Jesus à humanidade, aos seus. Após ter se deixado prender; ter sido subtraído aos seus amigos; ter perdido sua dignidade ao ser torturado e à vista de todos; ter perdido seus poucos haveres (representados pelas suas vestes); ter entregado a sua própria mãe ao discípulo amado, Jesus entregou seu próprio espírito – às mãos do Pai e à humanidade. Nada reteve; consumiu-se, completamente, por amor.

O texto, que citamos anteriormente, do evangelista Marcos (Bíblia, Mc. 15, vers. 37), que exprime o grito de Jesus, é seguido de um evento surpreendente: a cortina do Templo se rasga – “E o véu do Santuário se rasgou em duas partes, de cima a baixo” (Bíblia, Mc. 15, vers. 38). Mas, se trata da cortina/véu que, no Templo de Jerusalém, estava na entrada onde ficava o Santo dos Santos e separava esse lugar do restante do Templo. Essa manifestação presente no texto bíblico, poderíamos dizer, hierofânica, demonstra que o Pai se revelava totalmente em Jesus Cristo e, especialmente, em sua doação extrema na cruz. Diante do ato de crueldade dos inimigos de Jesus, a “resposta”, poderíamos assim dizer, de Deus Pai para a humanidade seria a entrega total e sem reserva (“sem véus”), a plena identificação com o projeto de Jesus. Sua face se revela completamente, não na vingança, no ódio, mas na misericórdia.

Finalmente, na cruz, na sua entrega última, Jesus revelou o seu amor. Amor que é revelado na dor:

Se na cruz do abandono o Filho não sofresse pela distância do Pai, não seria verdadeiramente o Filho; e se o Pai não sofresse pela distância do Filho, não seria verdadeiramente o Pai; e se o Deus trinitário não sofresse na cruz como Deus, não seria amor trinitário unidade profundíssima que une o Pai ao Filho no Espírito; que o Filho moribundo entrega ao Pai (cf. Jo 19,30) e que o Pai entregará ao Filho do dia da Páscoa. (Forte, 1985, p. 289)

TEMA 5 – ANTES DA RESSURREIÇÃO

Após o seu grito entregando seu espírito a Deus, registrado pelos evangelistas, a morte de Jesus é constatada e registrada nos evangelhos sinóticos pela admiração dos soldados e oficiais romanos demonstrada para com



Jesus (Bíblia, 2015, Mt. 27, vers. 54; Mc. 15, vers. 39; Lc. 23, vers. 47), bem como pela descida de seu corpo da cruz (Bíblia, 2015, Mt. 27, vers. 59; Mc. 15, vers. 46; Lc. 23, vers. 53). João revela, ainda, que houve uma decisão da parte de Pilatos de ordenar que se quebrassem as pernas dos condenados, a fim de lhes apressar a morte. Essa ação foi poupada a Jesus, pois os soldados haviam percebido que ele já estava morto. Feriram-lhe um lado do corpo com uma lança, de onde jorrou sangue e água, segundo o testemunho de João (Bíblia, Jo. 19, vers. 31-37). E, diante da constatação de sua morte, havia a necessidade de se realizar um sepultamento apressado de Jesus, devido ao fato de o dia seguinte ser sagrado, para os judeus.

5.1 O rito de sepultamento

Todos os evangelistas descrevem o rito de sepultamento pelo qual Jesus passaria (Bíblia, 2015, Mt. 27, vers. 57-60; Mc. 15, vers. 42-46; Lc. 23, vers. 50-54; Jo. 19, vers. 38-42), em passagens em que concordam com o fato de que um tal de José de Arimateia pediu a Pilatos o corpo de Jesus. Devemos recordar, primeiramente, que a crucificação era uma pena comum no Império Romano e os soldados estavam acostumados a realizá-la. E, em um procedimento ordinário, os condenados eram deixados nos patíbulos para serem devorados pelos cães selvagens e pelas aves de rapina. Os seus restos eram lançados em valas comuns ou depósitos de lixo, sem nenhum tipo de ritual ou coisa que o valha. Era a humilhação consequente da pena infligida ao condenado, que deveria ter sua memória esquecida para sempre. No caso de Jesus, os evangelistas registram um fato incomum: o pedido de retirada do corpo feito por José de Arimateia, um membro distinto no Sinédrio, além de rico, segundo Mateus, e que era discípulo de Jesus às escondidas. O evangelista João acrescenta que Nicodemos – aquele que havia feito uma visita a Jesus à noite, em episódio também relatado por João (Bíblia, 2015, Jo. 3, vers. 1-8) – participou desse “funeral” secreto. Não devemos nos esquecer que os discípulos de Jesus (à exceção das mulheres) fugiram, com receio de sofrerem a mesma sorte do mestre.

As obrigações rituais, entre os judeus, eram muitas. Elas foram, contudo, abreviadas no caso de Jesus, uma vez que o Sábado de Páscoa se aproximava (como já informado). Ao contrário da vala dos condenados, José de Arimateia providenciou (os quatro evangelistas o anotam) um túmulo novo (de sua



propriedade, segundo Mateus) para depositar o corpo de Jesus. Envolvendo-o com aromas – como os judeus costumam sepultar, ressalta João – e com um lençol (ou faixas de linho), os presentes depuseram Jesus nesse túmulo. O evangelista João vai voltar a mencionar essas faixas de linho ao relatar o momento em que Pedro e João, na manhã do domingo seguinte à morte de Jesus, constataram que o túmulo de Jesus estava vazio. Marcos menciona, ainda, que Maria de Magdala e Maria, mãe de Joset, estavam próximas do ato da deposição do corpo de Jesus. Seriam elas que, após o grande sábado, pretendiam continuar o ritual funerário de Jesus, com a unção do seu corpo.

De acordo com a proclamação querigmática dos apóstolos, Jesus teria permanecido entre os mortos até a sua ressurreição: “Mas Deus o ressuscitou, libertando-o das angústias do Hades, pois não era possível que ele fosse retido em seu poder. De fato, é a respeito dele que diz Davi: ‘[...] porque não abandonarás minha alma no Hades nem permitirás que teu Santo veja a corrupção’” (Bíblia, 2015, At. 2, vers. 24-25, 27). Mas, o que seria o Hades, senão a morada dos mortos?

5.2 E Jesus desceu à mansão dos mortos...

A afirmação de que Jesus teria descido à mansão dos mortos é parte integrante do Credo Apostólico professado pelos cristãos, ao menos, aos domingos. Em sua versão latina, o Credo afirma que Jesus “[...] *descendit ad inferos*”, donde que a tradução constante no Catecismo Maior de São Pio X era de que Jesus “[...] Desceu aos infernos”. Esses nomes – *mansão dos mortos*, *infernos* e, também, *sheol*, *Hades* – são expressões utilizadas para designar, segundo a mentalidade semita, um lugar para onde as almas iriam após a morte. Segundo a cosmovisão que permeia os textos bíblicos, existiria um lugar embaixo da terra, que seria um lugar lúgubre e sombrio, onde as almas dos justos e, igualmente, as dos maus se encontrariam à espera de um libertador. Justamente por esse lugar estar supostamente embaixo da terra é que a ele se dá o nome de *inferno*, ou *ínferos*, em latim, designando o que está em posição inferior.

A primeira reflexão que se deve fazer diante daquela afirmação é de que a intenção dos autores dos evangelhos seria afirmar, de forma peremptória, que Jesus morreu de fato – essa constatação era necessária diante de certas heresias que já surgiam no período da escrita dos evangelhos, que insinuavam



que sua morte teria sido aparente. Outra reflexão que podemos fazer é a de que Jesus foi solidário com a humanidade em todas as circunstâncias de sua vida, até no momento de sua morte, em seu destino final. Enfrentou o inimigo de todos os seres humanos – a morte. Ele experimentou, em si mesmo, até as últimas consequências, a condição mortal.

No início do cristianismo, a descida de Jesus ao *sheol*, logo após a sua morte, significava, ainda, a sua vitória sobre o cativo da humanidade, o local fortificado da morte. Esse momento era visto como de demonstração da força do Filho de Deus para destruir as potestades que aprisionavam os homens e as mulheres. A consolidação desse artigo de fé se deu pela sua ligação, no Símbolo Apostólico, com a profissão seguinte: “ressuscitou ao terceiro dia”. A vitória de Jesus sobre a morte é anúncio de sua ressurreição.

Desde a Antiguidade, a imagem da descida de Jesus aos infernos foi carregada com tons militares e de conquista. Jesus desce em busca daqueles que se encontravam na escuridão da morte e, em primeiro lugar, de Adão. Uma antiga homilia, recordada no Ofício das Leituras do Sábado Santo, narra com cores vívidas essa descida:

Que está acontecendo hoje? Um grande silêncio reina sobre a terra. Um grande silêncio e uma grande solidão. Um grande silêncio, porque o Rei está dormindo; a terra estremeceu e ficou silenciosa, porque o Deus feito homem adormeceu e acordou os que dormiam há séculos. Deus morreu na carne e despertou a mansão dos mortos. Ele vai antes de tudo à procura de Adão, nosso primeiro pai, a ovelha perdida. Faz questão de visitar os que estão mergulhados nas trevas e na sombra da morte. Deus e seu Filho vão ao encontro de Adão e Eva cativos, agora libertos dos sofrimentos.

O texto apócrifo conhecido como *Evangelho de Nicodemos* ou *Atos de Pilatos* reforça ainda mais o tom conquistador, falando do “Rei da glória” e de que “o Senhor forte e poderoso, o Senhor poderoso no combate, é ele o Rei da glória”. E segue-se que Jesus Cristo quebra os grilhões da morte e ilumina as trevas eternas.

Na carta de Pedro, é mencionada, também, essa descida à mansão dos mortos: “[Cristo] morto na carne, foi vivificado no espírito, no qual foi também pregar aos espíritos em prisão, a saber, aos que foram incrédulos outrora [...]” (Bíblia, 2015, 1Pe. 3, vers. 18b-19). Acerca dessa pregação de Jesus, no *Catecismo da Igreja Católica*, explica-se que se trata do cumprimento, até a sua plenitude, do anúncio da Boa-Nova feito por Jesus (João Paulo II, 2000).



As imagens vívidas, descritas pelos textos evangélicos ou patrísticos, querem enfatizar o quão longe Jesus foi em seu compromisso de solidariedade com o ser humano. Ao encarnar, assumiu toda a condição humana, ainda que não no pecado, mas inclusive a completa desolação que a criatura humana experimenta ao se afastar de Deus.

NA PRÁTICA

Existe uma devoção cristã que leva em conta as **sete palavras de Jesus na cruz**. Segundo essa devoção Jesus teria pronunciado sete palavras (ou sete frases). Faça uma pesquisa acerca dessas frases e procure-as nos textos dos evangelhos (referenciando-os). Após isso, elabore um texto teológico/reflexivo acerca dessas palavras, procurando associá-las à vida cristã. Ofereça o seu texto autoral para sua paróquia/igreja publicar no seu periódico de circulação (impresso ou digital). É um excelente exercício de escrita e, ao mesmo tempo, um serviço que poderá ser oferecido regularmente.

FINALIZANDO

O mistério da encarnação do Filho de Deus é um processo, como se diz na teologia, de abaixamento, de aniquilação, de *kénosis*. A carta de Paulo aos Filipenses apresenta o rebaixamento do Filho:

Ele estando na forma de Deus não usou de seu direito de ser tratado com um deus, mas **se despojou**, tomando a forma de escravo. Tornando-se semelhante aos homens e reconhecido em seu aspecto como um homem **abaixou-se**, tornando-se obediente até a morte, à morte sobre uma cruz. Por isso Deus soberanamente o elevou e lhe conferiu o nome que está acima de todo nome, a fim de que ao nome de Jesus todo joelho se dobre nos céus, sobre a terra e sob a terra, e que toda língua proclame que o Senhor é Jesus Cristo para a glória de Deus Pai. (Bíblia, 2015, Fp. 2, vers. 6-11, grifos nossos)

Deus **se abaixa**, por assim dizer, ao assumir a natureza humana em Jesus Cristo. Essa **descida** continua ao longo da vida de Jesus: ao se colocar ao lado dos esquecidos, partilhando a mesma sorte deles, ao ser condenado, ao ser abandonado por Deus, ao ser morto e ao descer ao *sheol*. A plenitude dos tempos se dá, justamente, na solidariedade amorosa de Deus para com todos os seres humanos de todos os tempos, inclusive nas situações mais dramáticas e violentas que eles possam sofrer.

REFERÊNCIAS

- BENTO XVI, Papa. **Carta encíclica *Deus caritas est*** do Sumo Pontífice Bento XVI aos bispos[,] aos presbíteros e aos diáconos[,] às pessoas consagradas e a todos os fiéis leigos[,] sobre o amor cristão. Cidade do Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2005. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20051225_deus-caritas-est.html>. Acesso em: 15 jul. 2021.
- BÍBLIA de Jerusalém. Ed. rev. e ampl. 10. reimpr. São Paulo: Paulus, 2015.
- DENZINGER, H.; HÜNERMANN, P. **Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral**. São Paulo: Paulinas; Loyola, 2007.
- DUQUOC, C. **Cristologia**: ensaio dogmático – o Messias. São Paulo: Loyola, 1980. v. 2.
- FORTE, B. **Jesus de Nazaré**: história de Deus – Deus da História – ensaio de uma cristologia como história. São Paulo: Paulinas, 1985.
- JOÃO PAULO II, Papa. **Catecismo da Igreja Católica**. São Paulo: Edição Típica Vaticana; Loyola, 2000.
- KESSLER, H. Cristologia. In: SCHNEIDER, T. (Org.). **Manual de dogmática**. Petrópolis: Vozes, 2008. v. 1.
- PAGOLA, J. A. **Jesus**: uma aproximação histórica. Petrópolis: Vozes, 2012.